

LEI Nº 630/2019

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 e dá outras providências.

**A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE NATUBA**, sua Excelência a Senhora Janete Santos Sousa da Silva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município faço saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, estabelece as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2020, e compreende:

- a) as prioridades da administração pública municipal;
- b) a estrutura e organização do orçamento anual;
- c) as diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução da lei orçamentária anual do Município de Natuba e suas alterações para o exercício de 2020;
- d) as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- e) as disposições relativas à dívida pública e seus respectivos encargos;
- f) as disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- g) critérios para a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- h) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- j) outras disposições gerais.

CAPÍTULO II  
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2020, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

### **I. Poder Legislativo**

- a) modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- b) adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

### **II. Poder Executivo**

#### **a) Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:**

a.1. Educação - oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:

a.1.1 estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria do ensino;

a.1.2 de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem a equidade;

a.1.3 de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

a.2. Saúde e saneamento - com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;

a.3. **Promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa** com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do Município com renda comprovadamente inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família.

a.4. Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.

a.5. Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capacitação, criação e incentivo para as oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada, como forma de fomentar a economia local.

a.6. Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.

a.7. De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

**b. Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:**

b.1. Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;

b.2. Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;

b.3. Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

**c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:**

c.1. Do desenvolvimento da agropecuária;

c.2. Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;

c.3. Do desenvolvimento da produção mineral.

**d. Ações administrativas que objetivem:**

d.1. A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

d.2. A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

**I NA ÁREA SOCIAL**

**a. Na educação e cultura:**

a.1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;



- a.2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;
- a.3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
- a.4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%
- a.5. Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de escola, esporte e laser;
- a.6. Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
- a.7. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- a.8. Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
- a.9. Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
- a.10. Apoio à atividades e extensão universitária;
- a.11. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro(a).
- a.12. Desenvolvimento das atividades do esporte amador;
- a.13. Manter as atividades de apoio e valorização do magistério, progressão de cargos, carreiras e remuneração e outras despesas.

#### **b. Da saúde pública**

- b. 1.** Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil.
- b. 2.** Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
- b. 3.** Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- b. 4.** Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
- b. 5.** Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
- b. 6.** Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

#### **c. De habitação e saneamento básico**

- c. 1.** Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- c. 2.** Construção e melhoria de casas populares.

#### **d. De assistência social**





PREFEITURA MUNICIPAL DE

# NATUBA

DESENVOLVIMENTO com PARTICIPAÇÃO

- d.1. Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- d.2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
- d.3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
- d.4. Estimular programas de assistência comunitária;
- d.5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
- d.6. Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
- d.7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
- d.8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

## **II. NA ÁREA ECONÔMICA:**

### **a. Agropecuária**

- a.1. Assistência e incentivo à produção agrícola;
- a.2. Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
- a.3. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- a.4. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- a.5. Combate à seca e à pobreza rural.

### **b. Indústria, comércio e turismo**

- b.1. Apoio às pequenas e micro empresas do município, como forma de fomento à geração de emprego e renda;

## **III. Na área de infraestrutura**

### **a. Recursos hídricos**

1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;
- b. Transportes
  1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;

### **c. Energia**

1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
2. Manutenção da eletrificação urbana e rural;

### **d. Serviços urbanos**

1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;

*flank*

2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
4. Arborização da cidade;

Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2020.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I. **Programa:** o instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II. **Atividade:** um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

III. **Projeto:** um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV. **Operação especial:** as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta em produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

§ 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

§ 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

### CAPÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS



Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE

# NATUBA

DESENVOLVIMENTO com PARTICIPAÇÃO

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei do Orçamento;
- III. Tabelas explicativas;

§ 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a. Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b. Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c. Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

## **I. DESPESAS CORRENTES**

- a. Pessoal e encargos sociais;
- b. Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c. Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d. Outras despesas correntes.

## **II. DESPESAS DE CAPITAL**

- a. Investimentos;
- b. Inversão financeira;
- c. Amortização da dívida consolidada;
- d. Outras despesas de capital.

### CAPITULO IV

#### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art 7º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2020 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I. As despesas deverão ser orçadas a preço de Junho de 2019;

II. A chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Junho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2020;

III. A Mesa da Câmara encaminhará a Prefeita Municipal, até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2020, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

IV. A Prefeita do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, até 31 de outubro de 2019;

V. A Câmara Municipal deverá devolver para sansão da Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 15 de dezembro 2019;

VI. A Prefeita deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;

VII. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:

a. Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

b. Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida;

VIII. Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

IX. Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2020, somente poderão ser comprometidos 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;

X. Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

a. Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;

b. Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;

c. Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2020.

Art. 8º - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

I. Texto da lei;







PREFEITURA MUNICIPAL DE

# NATUBA

DESENVOLVIMENTO com PARTICIPAÇÃO

II. Quadros orçamentário consolidado;

III. Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;

IV. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º- O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2020, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 10º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais.

Art. 12º - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2019, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 13º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14º- A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

# NATUBA

DESENVOLVIMENTO com PARTICIPAÇÃO

Parágrafo 3º - A Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 15º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II. Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2020 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestação de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Art. 16º - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I. Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II. Estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- III. Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV. Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

# NATUBA

DESENVOLVIMENTO com PARTICIPAÇÃO

Art. 17º - A execução das ações de que tratam os artigos 15 e 16 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Art. 18º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitam-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

## Seção II

### Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 19º - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

I. Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20º - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

I. Inclusão de projetos em andamento;

II. Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21º - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

I. A remuneração dos agentes políticos;

II. Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;

III. As obrigações patronais;

IV. As demais despesas, assim consideradas pela nº 101/2000.

Art. 22º - As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23º - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, a chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24º - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2020, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2020 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida. O montante estimado para o exercício de 2020, acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2020, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art. 71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de abril de 2019, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no § 1º deste artigo.

## TÍTULO VI

### DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25º - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26º - Na estimativa da receita do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação



tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2020.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamento:

I. Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II. Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Parágrafo 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção da Prefeita, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

§ 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, a Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27º - A inclusão, na Lei Orçamentária de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 28º - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 29º - para efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



Art. 30º - As dotações correspondentes as Despesas de Exercícios Anteriores, serão consignadas em todas as Unidades Orçamentárias dentro dos seus próprios programas de trabalho.

Art. 31º - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Prefeita Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2020.

Art. 32º - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

I. o Poder Executivo e a Mesa da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;

II. a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

III. o Poder Executivo e a Mesa da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

IV. as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

Art. 33º - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 34º - É vedado consignar no orçamento municipal para 2020 dotações para subvenções econômicas, ressalva as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 35º - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.



Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 36º - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, **em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação**, conforme definido nesta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação.

Art. 37º - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 38º - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2020, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 39º - O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2020.

Art. 40º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 41º - Revogam-se as disposições em contrário.






PREFEITURA MUNICIPAL DE

# NATUBA

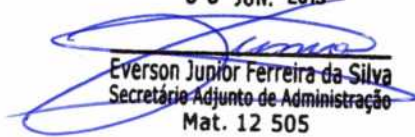
DESENVOLVIMENTO com PARTICIPAÇÃO

Gabinete da Prefeita do Município de Natuba PB, 03 de junho de 2019.

  
JANETE SANTOS SOUSA DA SILVA  
**PREFEITA**

 Prefeitura Municipal de Natuba-PB  
Noticiário Oficial do Município  
Criado pela Lei nº 399/98  
Publicado Em:

03 JUN. 2019

  
Everson Junior Ferreira da Silva  
Secretário Adjunto de Administração  
Mat. 12 505





PREFEITURA MUNICIPAL DE

**NATUBA**

DESENVOLVIMENTO com PARTICIPAÇÃO

# ANEXOS

[prefeitura@natuba.pb.gov.br](mailto:prefeitura@natuba.pb.gov.br)

Rua Epitácio Pessoa, nº 209, Centro, Natuba/PB

CNPJ: 09.072.448/0001-95 Fone/Fax: (83) 3397-1042



## Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática				Esfera	Exercício: 2020	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					Dotação Orçamentária	%
<b>01.010</b>	<b>Câmara Municipal</b>				<b>65.520</b>	<b>0,21</b>
01	031	2002	<b>1001 Aquisição de Veículo</b>		<b>43.680</b>	<b>0,14</b>
			<b>Objetivo:</b> Aquisição de Veículo			
000001	4490.52	99	100 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	43.680	0,00
01	031	2002	<b>2001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo</b>		<b>21.840</b>	<b>0,07</b>
			<b>Objetivo:</b> Manter as atividades do Poder Legislativo possibilitando a fiscalização dos gastos públicos			
000011	4490.52	99	100 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	21.840	0,00

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática							Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos							Orçamentária	%
<b>02.010</b>	<b>Secretaria do Governo Municipal</b>						<b>23.920</b>	<b>0,08</b>
04	122	2001	<b>2002 Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo Municipal</b>				<b>7.280</b>	<b>0,02</b>
<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria do Governo Municipal e realizar atividades diversas para participar do processo de conquista do Selo Unicef.								
000771	4490.30	99	100	Material de Consumo		Fiscal	520	0,00
000772	4490.39	99	100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fiscal	520	0,00
000030	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	5.200	0,00
000773	4490.61	99	100	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00
000774	4590.61	99	100	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00
11	331	2001	<b>2004 Manutenção do Programa Município Empreendedor</b>				<b>14.040</b>	<b>0,04</b>
<b>Objetivo:</b> Apoiar o empreendedorismo avaliando os recursos naturais e possibilidades socioeconômicas no município, visando fortalecer e ampliar o número de empreendedores em Natuba.								
000776	4490.30	99	100	Material de Consumo		Fiscal	520	0,00
000778	4490.39	99	100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fiscal	520	0,00
000041	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	2.080	0,00
000779	4490.61	99	100	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00
000042	4550.66	99	100	Concessão de Empréstimos e Financiamentos		Fiscal	10.400	0,00
14	422	2001	<b>2005 Manutenção do Conselho de Políticas para Mulheres</b>				<b>520</b>	<b>0,00</b>
<b>Objetivo:</b> Deliberar, contribuir na normatização e fiscalizar políticas relativas aos direitos da mulher.								
000046	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	520	0,00
14	422	2001	<b>2006 Manutenção da Política Municipal da Mulher</b>				<b>2.080</b>	<b>0,01</b>
<b>Objetivo:</b> Instalar a Coordenadoria de Políticas para Mulheres, garantir políticas públicas e programas que estimulem a realização de campanhas de combate a violência contra o público feminino e promovam a valorização e o protagonismo das mulheres no município de Natuba.								
000056	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	2.080	0,00



## Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática							Dotação		
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos							Orçamentária	%	
<b>02.020</b>	<b>Secretaria de Administração</b>						<b>7.280</b>	<b>0,02</b>	
04	122	2001	<b>2007</b>	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração</b>			<b>7.280</b>	<b>0,02</b>	
<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria de Administração.									
000782	4490.30	99	100	Material de Consumo			Fiscal	520	0,00
000783	4490.39	99	100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			Fiscal	520	0,00
000070	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente			Fiscal	5.200	0,00
000784	4490.61	99	100	Aquisição de Imóveis			Fiscal	520	0,00
000785	4590.61	99	100	Aquisição de Imóveis			Fiscal	520	0,00

*flante*

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Esfera	Dotação Orçamentária	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				%
<b>02.030</b>	<b>Secretaria de Finanças</b>		<b>780.520</b>	<b>2,46</b>
02 062 0001 0001	<b>Pagamentos de Ações Judiciais</b>		<b>145.600</b>	<b>0,46</b>
	<b>Objetivo:</b> Pagar ações judiciais transitadas e julgadas.			
000073 4690.91 99 100	Sentenças Judiciais	Fiscal	145.600	0,00
28 841 0001 0002	<b>Encargos da Dívida Contratada</b>		<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Pagar encargos da dívida contratada			
000075 4690.71 99 100	Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	520	0,00
28 846 0001 0003	<b>Amortização e Encargos com a Dívida do INSS</b>		<b>624.000</b>	<b>1,97</b>
	<b>Objetivo:</b> Pagar os encargos da dívida do INSS			
000077 4690.71 99 100	Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	624.000	0,00
28 846 0001 0004	<b>Contribuição ao PASEP</b>		<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Contribuir para o PASEP			
000080 4690.71 99 100	Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	520	0,00
04 123 2001 2008	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças</b>		<b>9.880</b>	<b>0,03</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria de Finanças, visando incrementar a arrecadação o equilíbrio das contas do município, bem como a melhoria dos serviços prestados a população			
000787 4490.30 99 100	Material de Consumo	Fiscal	520	0,00
000789 4490.39 99 100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fiscal	520	0,00
000096 4490.51 99 100	Obras e Instalações	Fiscal	5.200	0,00
000097 4490.52 99 100	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.080	0,00
000790 4490.61 99 100	Aquisição de Imóveis	Fiscal	520	0,00
000098 4490.92 99 100	Despesas de Exercícios Anteriores	Fiscal	520	0,00
000791 4590.61 99 100	Aquisição de Imóveis	Fiscal	520	0,00



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática							
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				Esfera	Dotação Orçamentária	%	
<b>02.040</b>	<b>Secretaria Distrital Municipal</b>					<b>4.160</b>	<b>0,01</b>
04	122	2001	<b>2009</b>	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria Distrital Municipal</b>		<b>4.160</b>	<b>0,01</b>
<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria Distrital Municipal.							
000794	4490.51	99	100	Obras e Instalações	Fiscal	520	0,00
000111	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	3.640	0,00

*J. Santos*



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática							Exercício: 2020	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos							Dotação	%
							Orçamentária	
<b>02.050</b>	<b>Secretaria da Educação</b>						<b>735.800</b>	<b>2,32</b>
12 368 1002 1002	<b>Construção, Ampliação e/ou Reforma de Unidades Escolares</b>						<b>322.400</b>	<b>1,02</b>
<b>Objetivo:</b> Construir, ampliar e/ou reformar as unidades escolares proporcionando espaço físico adequado nas comunidades do município, conforme demanda do orçamento participativo.								
000112	4490.51	99	111	Obras e Instalações		Fiscal	10.400	0,00
000113	4490.51	99	112	Obras e Instalações		Fiscal	312.000	0,00
12 361 1002 1003	<b>Aquisição de Transporte Escolar</b>						<b>213.200</b>	<b>0,67</b>
<b>Objetivo:</b> Adquirir transporte escolar.								
000114	4490.52	99	111	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	5.200	0,00
000115	4490.52	99	112	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	208.000	0,00
12 365 1002 1004	<b>Construção e Implantação de Creche da Educação Infantil no Município</b>						<b>161.200</b>	<b>0,51</b>
<b>Objetivo:</b> Melhorar a infra estrutura da rede física escolar, com a construção de escolas para os alunos da educação infantil, conforme demanda do orçamento participativo.								
000116	4490.51	99	111	Obras e Instalações		Fiscal	5.200	0,00
000117	4490.51	99	112	Obras e Instalações		Fiscal	156.000	0,00
12 365 1002 2010	<b>Manutenção da Educação Infantil e Creche - MDE</b>						<b>2.080</b>	<b>0,01</b>
<b>Objetivo:</b> Manter o atendimento das crianças, proporcionando meios para o desenvolvimento físico, mental e intelectual								
000132	4490.52	99	111	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	520	0,00
000133	4490.52	99	112	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	1.560	0,00
12 361 1002 2012	<b>Manutenção do FUNDEB - 40% outros</b>						<b>5.720</b>	<b>0,02</b>
<b>Objetivo:</b> Manter o FUNDEB - 40% outros								
000835	4490.30	99	111	Material de Consumo		Fiscal	520	0,00
000834	4490.39	99	111	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fiscal	520	0,00
000157	4490.51	99	111	Obras e Instalações		Fiscal	520	0,00
000158	4490.52	99	111	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	2.600	0,00
000836	4490.61	99	111	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00
000159	4490.92	99	111	Despesas de Exercícios Anteriores		Fiscal	520	0,00
000160	4590.61	99	111	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00
12 361 1002 2014	<b>Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - MDE</b>						<b>2.080</b>	<b>0,01</b>
<b>Objetivo:</b> Educar jovens e adultos - MDE								
000178	4490.52	99	111	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	2.080	0,00
12 361 2001 2015	<b>Manutenção da Secretaria de Educação</b>						<b>4.680</b>	<b>0,01</b>
<b>Objetivo:</b> Manter a Secretaria de Educação, desenvolvendo ações voltadas para melhorar a qualidade do ensino no município								
000846	4490.30	99	111	Material de Consumo		Fiscal	520	0,00
000847	4490.39	99	111	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fiscal	520	0,00
000192	4490.52	99	111	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	2.600	0,00
000848	4490.61	99	111	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00
000849	4590.61	99	111	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00

*Jants*



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática							Exercício: 2020		
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos							Esfera	Dotação Orçamentária	%
<b>02.050</b>	<b>Secretaria da Educação</b>							<b>735.800</b>	<b>2,32</b>
12 361 1002 2018	<b>Manutenção do Desenvolvimento do Ensino - MDE</b>							<b>5.200</b>	<b>0,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter o desenvolvimento do ensino- MDE								
000852	4490.30	99	111	Material de Consumo		Fiscal	520	0,00	
000853	4490.39	99	111	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fiscal	520	0,00	
000221	4490.51	99	111	Obras e Instalações		Fiscal	520	0,00	
000222	4490.52	99	111	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	2.080	0,00	
000854	4490.61	99	111	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00	
000223	4490.92	99	111	Despesas de Exercícios Anteriores		Fiscal	520	0,00	
000224	4590.61	99	111	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00	
12 368 1002 2020	<b>Manutenção do Salário Educação - QSE</b>							<b>15.600</b>	<b>0,05</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter o salário educação								
000234	4490.52	99	112	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	15.600	0,00	
12 361 1002 2021	<b>Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 40%</b>							<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Educar jovens e adultos - FUNDEB 40%								
000246	4490.52	99	111	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	520	0,00	
12 368 1002 2030	<b>Manutenção de Outros Programas do FNDE</b>							<b>3.120</b>	<b>0,01</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter programas do FNDE não especificados no orçamento.								
000828	4490.30	99	112	Material de Consumo		Fiscal	520	0,00	
000829	4490.39	99	112	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fiscal	520	0,00	
000286	4490.52	99	112	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	1.040	0,00	
000830	4490.61	99	112	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00	
000831	4590.61	99	112	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00	





# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Esfera	Dotação Orçamentária	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				%
<b>02.060</b>	<b>Secretaria de Saúde</b>		<b>1.440.400</b>	<b>4,54</b>
10 512 1001 1005	<b>Construção, Ampliação e/ou Implantação de Abastecimento D'água</b>		<b>582.400</b>	<b>1,84</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir, ampliar e/ou Implantar abastecimento d'água através da construção ou recuperação de açudes e barragens, construção de cisternas, perfuração e instalação de poços nas comunidades do município de Natuba, conforme demanda do orçamento participativo.			
000287 4490.51 99 121	Obras e Instalações	Seguridade	5.200	0,00
000288 4490.51 99 122	Obras e Instalações	Seguridade	520.000	0,00
000289 4490.52 99 121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	5.200	0,00
000290 4490.52 99 122	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	52.000	0,00
10 511 1001 1006	<b>Melhoria Habitacional</b>		<b>322.400</b>	<b>1,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Melhoria habitacional para combater as doenças de chagas em casa que possuírem uma estrutura rústica, de baixo nível de sustentação, nas comunidades locais com a finalidade de melhorar a qualidade de vida do município.			
000291 4490.51 99 121	Obras e Instalações	Seguridade	10.400	0,00
000292 4490.51 99 122	Obras e Instalações	Seguridade	312.000	0,00
10 512 1001 1007	<b>Ações de Saneamento Básico</b>		<b>525.200</b>	<b>1,66</b>
	<b>Objetivo:</b> Executar ações de saneamento básico com a construção e/ou recuperação de esgotamento sanitário em diversas localidades do município de Natuba, principalmente no Rio Riacho de Natuba, conforme demanda do orçamento participativo.			
000293 4490.51 99 121	Obras e Instalações	Seguridade	5.200	0,00
000294 4490.51 99 122	Obras e Instalações	Seguridade	520.000	0,00
10 301 2001 2031	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde</b>		<b>10.400</b>	<b>0,03</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades administrativas da Secretaria de Saúde e Centro de Parto Normal, visando melhor qualidade de vida dos munícipes			
000869 4490.30 99 121	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00
000870 4490.39 99 121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00
000311 4490.51 99 121	Obras e Instalações	Seguridade	520	0,00
000312 4490.52 99 121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	5.200	0,00
000871 4490.61 99 121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00
000313 4490.92 99 121	Despesas de Exercícios Anteriores	Seguridade	520	0,00
000314 4590.61 99 121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	2.600	0,00

*Francis*



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática							Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos							Orçamentária	%
<b>02.070</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>						<b>806.000</b>	<b>2,54</b>
10	301	1001	<b>1008</b>	<b>Bloco de Investimento da Rede de Serviços Públicos da Atenção Básica</b>			<b>526.760</b>	<b>1,66</b>
<b>Objetivo:</b> Construir, reformar, ampliar, implantar unidades básicas nas comunidades de Olhos D'água, São José, Fantasia e outras, adquirir veículos e equipamentos para estruturar a Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica								
000968	4490.30	99	121	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00	
000969	4490.30	99	121	Material de Consumo	Seguridade	5.200	0,00	
000972	4490.39	99	121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00	
000973	4490.39	99	121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	2.600	0,00	
000876	4490.51	99	121	Obras e Instalações	Seguridade	520	0,00	
000875	4490.51	99	121	Obras e Instalações	Seguridade	260.000	0,00	
000315	4490.52	99	121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	4.680	0,00	
000316	4490.52	99	121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	251.680	0,00	
001003	4490.93	99	121	Indenizações e Restituições	Seguridade	520	0,00	
001004	4490.93	99	121	Indenizações e Restituições	Seguridade	520	0,00	
10	302	1001	<b>1009</b>	<b>Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.</b>			<b>219.960</b>	<b>0,69</b>
<b>Objetivo:</b> Construir, reformar, ampliar, implantar, adquirir veículos e equipamentos para estruturar a Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.								
000975	4490.30	99	121	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00	
000976	4490.30	99	121	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00	
000979	4490.39	99	121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00	
000980	4490.39	99	121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00	
000317	4490.51	99	121	Obras e Instalações	Seguridade	9.880	0,00	
000318	4490.51	99	121	Obras e Instalações	Seguridade	116.480	0,00	
000877	4490.52	99	121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00	
000319	4490.52	99	121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	89.960	0,00	
001005	4490.93	99	121	Indenizações e Restituições	Seguridade	520	0,00	
001006	4490.93	99	121	Indenizações e Restituições	Seguridade	520	0,00	
10	301	1001	<b>2032</b>	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica - Recursos Próprios</b>			<b>13.520</b>	<b>0,04</b>
<b>Objetivo:</b> Manter com recursos próprios do Município as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica, compreendendo a manutenção do PMAQ, NASF, Saúde Bucal, Estratégia da Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e outros.								
000885	4490.30	99	121	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00	
000886	4490.39	99	121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00	
000337	4490.51	99	121	Obras e Instalações	Seguridade	520	0,00	
000338	4490.52	99	121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	10.400	0,00	
000887	4490.61	99	121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00	
000339	4490.92	99	121	Despesas de Exercícios Anteriores	Seguridade	520	0,00	
000888	4590.61	99	121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00	
10	301	1001	<b>2033</b>	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica</b>			<b>22.880</b>	<b>0,07</b>
<b>Objetivo:</b> Manter as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica, compreendendo a manutenção do PMAQ, NASF, Saúde Bucal, Estratégia da Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e outros.								
000895	4490.30	99	121	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00	
000896	4490.39	99	121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00	
000352	4490.52	99	121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	20.800	0,00	
000897	4490.61	99	121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00	
000898	4590.61	99	121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00	

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				
<b>02.070</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>806.000</b>	<b>2,54</b>
10 302 1001 2034	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade</b>		<b>7.800</b>	<b>0,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter com Recursos Próprios do Município as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, compreendendo a manutenção do SAMU, UPA e Outros.			
000907 4490.30 99 121	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00
000908 4490.39 99 121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00
000909 4490.51 99 121	Obras e Instalações	Seguridade	520	0,00
000362 4490.52 99 121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	5.200	0,00
000910 4490.61 99 121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00
000911 4590.61 99 121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00
10 302 1001 2035	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade</b>		<b>13.000</b>	<b>0,04</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, compreendendo a manutenção do SAMU, UPA e Outros.			
000931 4490.30 99 121	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00
000932 4490.39 99 121	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00
000934 4490.52 99 121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	10.400	0,00
000935 4490.61 99 121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00
000936 4490.92 99 121	Despesas de Exercícios Anteriores	Seguridade	520	0,00
000937 4590.61 99 121	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00
10 303 1001 2036	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Assistência Farmacêutica</b>		<b>1.040</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Assistência Farmacêutica			
000992 4490.52 99 121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00
000991 4490.52 99 121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00
10 305 1001 2037	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde - Recursos Próprios</b>		<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter com Recursos Próprios do Município as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância sanitária e Vigilância em Saúde.			
000386 4490.52 99 121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00
10 305 1001 2038	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde</b>		<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância sanitária e Vigilância em Saúde.			
000396 4490.52 99 121	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática							
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				Esfera	Dotação Orçamentária	%	
<b>02.080</b>	<b>Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social</b>					<b>9.360</b>	<b>0,03</b>
08 244 2001 2043	<b>Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social</b>					<b>8.320</b>	<b>0,03</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades administrativas da Secretaria visando desenvolver ações estratégicas organizativas que serão implementadas a partir do incentivo e promoção da qualidade de vida dos beneficiários, promover capacitação dos profissionais, bem como dar apoio a outras redes de solidariedade que vise a inclusão social no município.						
000857	4490.30	99	100	Material de Consumo	Seguridade	520	0,00
000858	4490.39	99	100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Seguridade	520	0,00
000479	4490.51	99	100	Obras e Instalações	Seguridade	3.120	0,00
000480	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	2.080	0,00
000859	4490.61	99	100	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00
000481	4490.92	99	100	Despesas de Exercícios Anteriores	Seguridade	520	0,00
001010	4490.93	99	131	Indenizações e Restituições	Seguridade	520	0,00
000860	4590.61	99	100	Aquisição de Imóveis	Seguridade	520	0,00
08 243 1004 2044	<b>Manutenção do Conselho Tutelar</b>					<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Fiscalizar os direitos das crianças e adolescentes previsto em Lei e dar os encaminhamentos necessários para a solução dos problemas referentes a infância e adolescência						
000490	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00
08 244 1004 2045	<b>Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social</b>					<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as ações de controle social através da realização de Conferências, capacitações e as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social.						
000497	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos		Esfera	Dotação Orçamentária	%
<b>02.090</b>	<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>				<b>880.880</b>	<b>2,78</b>
08 244 1004 1010	<b>Estruturação da Rede de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica - CRAS, CREAS</b>				<b>858.000</b>	<b>2,70</b>
	<b>Objetivo:</b> Estruturar a rede de serviços da proteção social básica e especial, por meio da construção de equipamentos públicos; ampliação, reforma e melhorias da infra-estrutura de unidades públicas estaduais, seguindo as normativas do SUAS e legislação complementar, podendo ainda adquirir equipamentos, modernização tecnológica, dentre outros, tendo em vista a necessidade de aprimorar o atendimento nas unidades de proteção social básica e especial reordenando-as de modo a se adequarem aos parâmetros exigidos pelas normativas legais específicas.					
000506	4490.51 99 100	Obras e Instalações		Seguridade	5.200	0,00
000507	4490.51 99 131	Obras e Instalações		Seguridade	312.000	0,00
000508	4490.51 99 131	Obras e Instalações		Seguridade	416.000	0,00
000509	4490.52 99 100	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	10.400	0,00
000510	4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	52.000	0,00
000511	4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	62.400	0,00
08 244 1004 2048	<b>Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS - Cofinanciamento Municipal dos Serviços, Progr</b>				<b>3.120</b>	<b>0,01</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades socioassistenciais dos serviços, programas e projetos do SUAS.					
000532	4490.52 99 100	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	3.120	0,00
08 244 1004 2049	<b>Bloco da Proteção Social Básica</b>				<b>5.200</b>	<b>0,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, voltados à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos ? relacionais e de pertencimento social, bem como a manutenção dos serviços ofertados ou referenciados pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, considerando a rede existente, entre eles o PAIF, o SCFV para todos os ciclos da vida e o serviço no domicílio para as pessoas com deficiência e idosas.					
000546	4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	5.200	0,00
08 244 1004 2051	<b>Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - IGD PBF</b>				<b>1.560</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Incentivar as ações de aprimoramento da qualidade da gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único em âmbito local, contribuindo para que o município execute as ações que estão sob sua responsabilidade, além do desenvolvimento de projetos de Inclusão Produtiva.					
000565	4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	1.560	0,00
08 244 1004 2052	<b>Manutenção de Outros Programas, Projetos, Benefícios e Serviços Socioassistenciais do FNAS</b>				<b>6.760</b>	<b>0,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Atender outros programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais proporcionando recursos e meios para financiamento das ações da política Pública de Assistência Social.					
000863	4490.30 99 131	Material de Consumo		Seguridade	520	0,00
000864	4490.39 99 131	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Seguridade	520	0,00
000585	4490.51 99 131	Obras e Instalações		Seguridade	520	0,00
000586	4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	4.160	0,00
000865	4490.61 99 131	Aquisição de Imóveis		Seguridade	520	0,00
000866	4590.61 99 131	Aquisição de Imóveis		Seguridade	520	0,00
08 244 1004 2053	<b>Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade</b>				<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Ofertar proteção social integral de média e ou de alta complexidade a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com direitos violados, que tenham ou não vínculos familiares e comunitários rompidas ou extremamente fragilizados por meio de serviços de acompanhamento especializado ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, considerando a rede existente em 2018, entre eles o PAEFI, MSE (Medida Sócio Educativo), Abordagem Social, entre outros; bem como por meio de serviços que garantam o acolhimento institucional com privacidade, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitário e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas.					
000600	4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente		Seguridade	520	0,00

*font*

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				
<b>02.090</b>	<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>		<b>880.880</b>	<b>2,78</b>
08 244 1004 2054	<b>Fortalecimento do Controle Social - Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social/C</b>		<b>520</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Fortalecer o Controle Social e a participação da sociedade proporcionando ao CMAS condições de gestão com vistas ao exercício do controle social da Política Municipal de Assistência Social e no desempenho das funções de normatizar, disciplinar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial, bem como a realização da Conferência Municipal de Assistência Social e Capacitação para Conselheiros de Assistência Social.			
000607 4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00
08 244 1004 2055	<b>Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS - Cofinanciamento Estadual dos Serviços Socioassis</b>		<b>3.120</b>	<b>0,01</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades dos serviços socioassistenciais do SUAS ofertados ou referenciados ao CRAS, CREAS e dos Benefícios Eventuais que visa assistir cidadãos e as famílias por meio dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, assegurados pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.			
000614 4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	3.120	0,00
08 244 1004 2056	<b>Bloco de Financiamento da Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS</b>		<b>1.040</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial no âmbito municipal, possibilitando a vigilância social, a organização do SUAS, a capacitação permanente de Trabalhadores, o monitoramento e a avaliação, entre outros com vistas a produção de dados para que a Política Pública de Assistência Social seja efetivada e a qualidade de gestão.			
000622 4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	1.040	0,00
08 244 1004 2067	<b>Manutenção da Vigilância Socioassistencial</b>		<b>1.040</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> A Vigilância Socioassistencial deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas: sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões afetas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso.			
000963 4490.52 99 100	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00
000964 4490.52 99 131	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	520	0,00

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Esfera	Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos			Orçamentária	%
<b>02.100</b>	<b>Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Habitação</b>		<b>1.903.237</b>	<b>6,00</b>
15 451 1005 1011	<b>Aquisição e Desapropriação de Imóveis</b>		<b>104.000</b>	<b>0,33</b>
	<b>Objetivo:</b> Adquirir e desapropriar imóveis para a abertura de avenidas e construção de prédios			
000633 4590.61 99 100	Aquisição de Imóveis	Fiscal	104.000	0,00
17 512 1005 1012	<b>Construção e Ampliação de Esgotamentos Sanitários</b>		<b>21.684</b>	<b>0,07</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir e ampliar esgotamentos sanitários e coleta dos esgotos individual ou coletiva; afastamento rápido e seguro dos esgotos, sejam através de fossas ou sistemas de redes coletoras; tratamento e disposição sanitariamente adequada dos esgotos tratados em várias comunidades.			
000634 4490.51 99 100	Obras e Instalações	Fiscal	21.684	0,00
15 451 1005 1013	<b>Implantação, Ampliação e/ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana</b>		<b>1.130.153</b>	<b>3,56</b>
	<b>Objetivo:</b> Construção de pavimentação (asfáltica ou em paralelepípedo) da comunidade do Costa e do Acesso ao Almirante entre outras, bem como drenagem em pontos críticos do município, construção de casas populares, jardins com áreas de lazer e praças de esporte, conforme demanda do orçamento participativo.			
000635 4490.51 99 100	Obras e Instalações	Fiscal	8.429	0,00
000636 4490.51 99 151	Obras e Instalações	Fiscal	1.121.724	0,00
15 451 1005 1014	<b>Construção de Passagens Molhadas</b>		<b>119.600</b>	<b>0,38</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir passagens molhadas nas comunidades, conforme demanda do orçamento participativo.			
000637 4490.51 99 100	Obras e Instalações	Fiscal	15.600	0,00
000638 4490.51 99 151	Obras e Instalações	Fiscal	104.000	0,00
15 451 1005 1015	<b>Construção, Reforma e/ou Ampliação de Praças Públicas</b>		<b>514.280</b>	<b>1,62</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir, reformar e/ou ampliar as praças públicas			
000640 4490.51 99 100	Obras e Instalações	Fiscal	728	0,00
000641 4490.51 99 151	Obras e Instalações	Fiscal	513.552	0,00
15 452 2001 2058	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Habitação</b>		<b>13.520</b>	<b>0,04</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da secretaria de obras, serviços urbanos e habitação.			
000797 4490.30 99 100	Material de Consumo	Fiscal	520	0,00
000798 4490.39 99 100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fiscal	520	0,00
000658 4490.51 99 100	Obras e Instalações	Fiscal	5.200	0,00
000659 4490.52 99 100	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.200	0,00
000799 4490.61 99 100	Aquisição de Imóveis	Fiscal	520	0,00
000660 4490.92 99 100	Despesas de Exercícios Anteriores	Fiscal	520	0,00
000998 4490.93 99 151	Indenizações e Restituições	Fiscal	520	0,00
000800 4590.61 99 100	Aquisição de Imóveis	Fiscal	520	0,00

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática						Exercício: 2020		
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos						Esfera	Dotação Orçamentária	%
<b>02.110</b>	<b>Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>						<b>913.120</b>	<b>2,88</b>
20 512 1003 1016	<b>Construção e Ampliação do Sistema de Abastecimento D'água</b>						<b>644.800</b>	<b>2,03</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir e ampliar o sistema de abastecimento d'água nas comunidades da zona rural com a construção de barragens, açudes, perfuração de poços, construção de cisternas, visando melhorar a qualidade de vida da população.							
000667	4490.51	99	100	Obras e Instalações		Fiscal	20.800	0,00
000668	4490.51	99	151	Obras e Instalações		Fiscal	624.000	0,00
20 606 1003 1017	<b>Aquisição de Equipamentos e Implementos Agrícolas</b>						<b>228.800</b>	<b>0,72</b>
	<b>Objetivo:</b> Adquirir veículos, máquinas e implementos agrícolas para a melhoria da produção, demanda do orçamento participativo.							
000669	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	20.800	0,00
000670	4490.52	99	151	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	208.000	0,00
18 542 1003 1018	<b>Construção de Aterro Sanitário</b>						<b>31.200</b>	<b>0,10</b>
	<b>Objetivo:</b> Construção de aterro sanitário para melhor tratamento do lixo urbano							
000671	4490.51	99	100	Obras e Instalações		Fiscal	31.200	0,00
18 541 2001 2060	<b>Manutenção da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>						<b>8.320</b>	<b>0,03</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.							
000804	4490.30	99	100	Material de Consumo		Fiscal	520	0,00
000805	4490.39	99	100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fiscal	520	0,00
000687	4490.51	99	100	Obras e Instalações		Fiscal	2.080	0,00
000688	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente		Fiscal	3.120	0,00
000806	4490.61	99	100	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00
000689	4490.92	99	100	Despesas de Exercícios Anteriores		Fiscal	520	0,00
000999	4490.93	99	151	Indenizações e Restituições		Fiscal	520	0,00
000807	4590.61	99	100	Aquisição de Imóveis		Fiscal	520	0,00





# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática						Exercício: 2020		
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos						Esfera	Dotação Orçamentária	%
<b>02.120</b>	<b>Secretaria de Turismo e Juventude</b>						<b>9.360</b>	<b>0,03</b>
23	695	2001	<b>2062</b>	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Turismo e Juventude</b>			<b>9.360</b>	<b>0,03</b>
<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria de Turismo e Juventude.								
000811	4490.30	99	100	Material de Consumo	Fiscal	520	0,00	
000812	4490.39	99	100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	Fiscal	520	0,00	
000709	4490.51	99	100	Obras e Instalações	Fiscal	2.080	0,00	
000710	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.200	0,00	
000813	4490.61	99	100	Aquisição de Imóveis	Fiscal	520	0,00	
000711	4490.92	99	100	Despesas de Exercícios Anteriores	Fiscal	520	0,00	

*flante*

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática							Dotação		
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos							Orçamentária	%	
<b>02.130</b>	<b>Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano</b>						<b>5.200</b>	<b>0,02</b>	
26	782	2001	<b>2063</b>	<b>Manutenção da Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano</b>			<b>5.200</b>	<b>0,02</b>	
<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano									
000816	4490.30	99	100	Material de Consumo			Fiscal	520	0,00
000817	4490.39	99	100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			Fiscal	520	0,00
000727	4490.51	99	100	Obras e Instalações			Fiscal	520	0,00
000728	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente			Fiscal	2.080	0,00
000818	4490.61	99	100	Aquisição de Imóveis			Fiscal	520	0,00
000729	4490.92	99	100	Despesas de Exercícios Anteriores			Fiscal	520	0,00
000819	4590.61	99	100	Aquisição de Imóveis			Fiscal	520	0,00

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças


Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática				Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos						
<b>02.140</b>	<b>Secretaria de Esporte e Cultura</b>				<b>216.320</b>	<b>0,68</b>
15 451 1005 1019	<b>Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Esportiva</b>				<b>210.080</b>	<b>0,66</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir e/ou reformar quadras de esportes, clube recreativo, campos de futebol, ginásio de esportes, quadra poliesportiva, pista de atletismo, praça esportiva na sede do município, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem estar físico, promoção da saúde e do desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes.					
000730	4490.51	99	100	Obras e Instalações	Fiscal	2.080 0,00
000731	4490.51	99	151	Obras e Instalações	Fiscal	208.000 0,00
13 392 2001 2065	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Cultura</b>				<b>6.240</b>	<b>0,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades administrativas da Secretaria de Esporte e Cultura.					
000822	4490.30	99	100	Material de Consumo	Fiscal	520 0,00
000823	4490.39	99	100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fiscal	520 0,00
000752	4490.51	99	100	Obras e Instalações	Fiscal	520 0,00
000753	4490.52	99	100	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.600 0,00
000824	4490.61	99	100	Aquisição de Imóveis	Fiscal	520 0,00
000754	4490.92	99	100	Despesas de Exercícios Anteriores	Fiscal	520 0,00
001000	4490.93	99	151	Indenizações e Restituições	Fiscal	520 0,00
000825	4590.61	99	100	Aquisição de Imóveis	Fiscal	520 0,00
<b>Total Geral</b>						<b>7.801.077,00</b>

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:29:31

  
 CLAIR LEFFAG MARTINS  
 Contadora  
 CRC-PB 4.395/O-7

  
 ROSINALVA VICENTE  
 PATRICIO DA SILVA  
 Secretária de Finanças

  
 JANETE SANTOS SOUSA DA  
 SILVA  
 Prefeita

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária	%
<b>01.010</b>	<b>Câmara Municipal</b>	<b>1.384.916,00</b>	<b>4,36</b>
01 031 2002 1001	Aquisição de Veículo	43.680,00	0,14
Objetivo: Aquisição de Veículo			
01 031 2002 2001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	1.341.236,00	4,23
Objetivo: Manter as atividades do Poder Legislativo possibilitando a fiscalização dos gastos públicos			
<b>02.010</b>	<b>Secretaria do Governo Municipal</b>	<b>493.480,00</b>	<b>1,55</b>
04 122 2001 2002	Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo Municipal	437.840,00	1,38
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria do Governo Municipal e realizar atividades diversas para participar do processo de conquista do Selo Unicef.			
04 122 2001 2003	Contribuição às Entidades Municipalistas	16.640,00	0,05
Objetivo: Contribuir para FAMUP e outras			
11 331 2001 2004	Manutenção do Programa Município Empreendedor	23.920,00	0,08
Objetivo: Apoiar o empreendedorismo avaliando os recursos naturais e possibilidades socioeconômicas no município, visando fortalecer e ampliar o número de empreendedores em Natuba.			
14 422 2001 2005	Manutenção do Conselho de Políticas para Mulheres	2.080,00	0,01
Objetivo: Deliberar, contribuir na normatização e fiscalizar políticas relativas aos direitos da mulher.			
14 422 2001 2006	Manutenção da Política Municipal da Mulher	13.000,00	0,04
Objetivo: Instalar a Coordenadoria de Políticas para Mulheres, garantir políticas públicas e programas que estimulem a realização de campanhas de combate a violência contra o público feminino e promovam a valorização e o protagonismo das mulheres no município de Natuba.			
<b>02.020</b>	<b>Secretaria de Administração</b>	<b>1.702.906,00</b>	<b>5,37</b>
04 122 2001 2007	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração	1.702.906,00	5,37
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Administração.			
<b>02.030</b>	<b>Secretaria de Finanças</b>	<b>1.541.795,00</b>	<b>4,86</b>
02 062 0001 0001	Pagamentos de Ações Judiciais	152.360,00	0,48
Objetivo: Pagar ações judiciais transitadas e julgadas.			
28 841 0001 0002	Encargos da Dívida Contratada	1.040,00	0,00
Objetivo: Pagar encargos da dívida contratada			
28 846 0001 0003	Amortização e Encargos com a Dívida do INSS	624.520,00	1,97
Objetivo: Pagar os encargos da dívida do INSS			
28 846 0001 0004	Contribuição ao PASEP	236.600,00	0,75
Objetivo: Contribuir para o PASEP			
04 123 2001 2008	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças	527.275,00	1,66
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Finanças, visando incrementar a arrecadação o equilíbrio das contas do município, bem como a melhoria dos serviços prestados a população			
<b>02.040</b>	<b>Secretaria Distrital Municipal</b>	<b>99.840,00</b>	<b>0,31</b>
04 122 2001 2009	Manutenção das Atividades da Secretaria Distrital Municipal	99.840,00	0,31
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria Distrital Municipal.			
<b>02.050</b>	<b>Secretaria da Educação</b>	<b>10.408.103,00</b>	<b>32,79</b>



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação Orçamentária	%
<b>02.050</b>	<b>Secretaria da Educação</b>		<b>10.408.103,00</b>	<b>32,79</b>
12 368	1002 1002	<b>Construção, Ampliação e/ou Reforma de Unidades Escolares</b>	<b>322.400,00</b>	<b>1,02</b>
		<b>Objetivo:</b> Construir, ampliar e/ou reformar as unidades escolares proporcionando espaço físico adequado nas comunidades do município, conforme demanda do orçamento participativo.		
12 361	1002 1003	<b>Aquisição de Transporte Escolar</b>	<b>213.200,00</b>	<b>0,67</b>
		<b>Objetivo:</b> Adquirir transporte escolar.		
12 365	1002 1004	<b>Construção e Implantação de Creche da Educação Infantil no Município</b>	<b>161.200,00</b>	<b>0,51</b>
		<b>Objetivo:</b> Melhorar a infra estrutura da rede física escolar, com a construção de escolas para os alunos da educação infantil, conforme demanda do orçamento participativo.		
12 365	1002 2010	<b>Manutenção da Educação Infantil e Creche - MDE</b>	<b>21.840,00</b>	<b>0,07</b>
		<b>Objetivo:</b> Manter o atendimento das crianças, proporcionando meios para o desenvolvimento físico, mental e intelectual		
12 361	1002 2011	<b>Manutenção do FUNDEB - 60% magistério</b>	<b>4.964.263,00</b>	<b>15,64</b>
		<b>Objetivo:</b> Manter o FUNDEB - 60% magistério		
12 361	1002 2012	<b>Manutenção do FUNDEB - 40% outros</b>	<b>2.671.729,00</b>	<b>8,42</b>
		<b>Objetivo:</b> Manter o FUNDEB - 40% outros		
12 368	1002 2013	<b>Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE</b>	<b>5.200,00</b>	<b>0,02</b>
		<b>Objetivo:</b> Aplicar os recursos na manutenção das escolas, promovendo a melhoria do ensino-aprendizagem		
12 361	1002 2014	<b>Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - MDE</b>	<b>13.312,00</b>	<b>0,04</b>
		<b>Objetivo:</b> Educar jovens e adultos - MDE		
12 361	2001 2015	<b>Manutenção da Secretaria de Educação</b>	<b>100.360,00</b>	<b>0,32</b>
		<b>Objetivo:</b> Manter a Secretaria de Educação, desenvolvendo ações voltadas para melhorar a qualidade do ensino no município		
12 361	1002 2016	<b>Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - FUNDAMENTAL</b>	<b>224.692,00</b>	<b>0,71</b>
		<b>Objetivo:</b> Garantir que a oferta da alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo		
12 361	1002 2017	<b>Manutenção do Transporte Escolar- ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>179.088,00</b>	<b>0,56</b>
		<b>Objetivo:</b> Manter os transportes escolares assegurando boas condições de uso, oferecendo conforto e segurança aos estudantes		
12 361	1002 2018	<b>Manutenção do Desenvolvimento do Ensino - MDE</b>	<b>919.974,00</b>	<b>2,90</b>
		<b>Objetivo:</b> Manter o desenvolvimento do ensino- MDE		
12 365	1002 2019	<b>Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - CRECHE</b>	<b>55.952,00</b>	<b>0,18</b>
		<b>Objetivo:</b> Manter as atividades de alimentação escolar da creche, de maneira que estas estejam em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo.		
12 368	1002 2020	<b>Manutenção do Salário Educação - QSE</b>	<b>251.160,00</b>	<b>0,79</b>
		<b>Objetivo:</b> Manter o salário educação		
12 361	1002 2021	<b>Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 40%</b>	<b>6.657,00</b>	<b>0,02</b>
		<b>Objetivo:</b> Educar jovens e adultos - FUNDEB 40%		

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação Orçamentária	%
<b>02.050</b>	<b>Secretaria da Educação</b>		<b>10.408.103,00</b>	<b>32,79</b>
12 361 1002 2022	<b>Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - FUNDEB 60%</b>		<b>5.720,00</b>	<b>0,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Educar jovens e adultos - FUNDEB 60%			
12 365 1002 2023	<b>Manutenção da Educação Infantil e Creche - FUNDEB 40%</b>		<b>10.920,00</b>	<b>0,03</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da educação infantil e creche - FUNDEB 40%			
12 365 1002 2024	<b>Manutenção da Educação Infantil e Creche - FUNDEB 60%</b>		<b>24.440,00</b>	<b>0,08</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da educação infantil e creche - FUNDEB 60%			
12 365 1002 2025	<b>Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PRE-ESCOLA</b>		<b>35.516,00</b>	<b>0,11</b>
	<b>Objetivo:</b> Garantir que a oferta da alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo.			
12 362 1002 2026	<b>Manutenção das Atividades do Transporte Escolar- ENSINO MÉDIO</b>		<b>18.408,00</b>	<b>0,06</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades do transporte escolar, com a finalidade de garantir seu pleno funcionamento			
12 365 1002 2027	<b>Manutenção das Atividades do Transporte Escolar - ENSINO INFANTIL</b>		<b>14.352,00</b>	<b>0,05</b>
	<b>Objetivo:</b> Garantir a manutenção do transporte escolar, com a finalidade de garantir seu pleno funcionamento			
12 361 1002 2028	<b>Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - EJA</b>		<b>37.440,00</b>	<b>0,12</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da merenda escolar para jovens e adultos.			
12 361 1002 2029	<b>Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - AEE</b>		<b>1.040,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Objetivo:</b> Adquirir gêneros alimentícios para merenda destinados aos alunos da educação do Atendimento Educacional Especial			
12 368 1002 2030	<b>Manutenção de Outros Programas do FNDE</b>		<b>149.240,00</b>	<b>0,47</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter programas do FNDE não especificados no orçamento.			
<b>02.060</b>	<b>Secretaria de Saúde</b>		<b>3.812.645,00</b>	<b>12,01</b>
10 512 1001 1005	<b>Construção, Ampliação e/ou Implantação de Abastecimento D'água</b>		<b>582.400,00</b>	<b>1,84</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir, ampliar e/ou Implantar abastecimento d'água através da construção ou recuperação de açudes e barragens, construção de cisternas, perfuração e instalação de poços nas comunidades do município de Natuba, conforme demanda do orçamento participativo.			
10 511 1001 1006	<b>Melhoria Habitacional</b>		<b>322.400,00</b>	<b>1,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Melhoria habitacional para combater as doenças de chagas em casa que possuírem uma estrutura rústica, de baixo nível de sustentação, nas comunidades locais com a finalidade de melhorar a qualidade de vida do município.			
10 512 1001 1007	<b>Ações de Saneamento Básico</b>		<b>525.200,00</b>	<b>1,66</b>
	<b>Objetivo:</b> Executar ações de saneamento básico com a construção e/ou recuperação de esgotamento sanitário em diversas localidades do município de Natuba, principalmente no Rio Riacho de Natuba, conforme demanda do orçamento participativo.			
10 301 2001 2031	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde</b>		<b>2.382.645,00</b>	<b>7,51</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades administrativas da Secretaria de Saúde e Centro de Parto Normal, visando melhor qualidade de vida dos munícipes			
<b>02.070</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>3.945.552,00</b>	<b>12,43</b>



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação Orçamentária	%
<b>02.070</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>3.945.552,00</b>	<b>12,43</b>
10 301 1001 1008	<b>Bloco de Investimento da Rede de Serviços Públicos da Atenção Básica</b>		<b>526.760,00</b>	<b>1,66</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir, reformar, ampliar, implantar unidades básicas nas comunidades de Olhos D'água, São José, Fantasia e outras, adquirir veículos e equipamentos para estruturar a Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica			
10 302 1001 1009	<b>Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar</b>		<b>219.960,00</b>	<b>0,69</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir, reformar, ampliar, implantar, adquirir veículos e equipamentos para estruturar a Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.			
10 301 1001 2032	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica - Recursos Próprios</b>		<b>264.680,00</b>	<b>0,83</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter com recursos próprios do Município as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica, compreendendo a manutenção do PMAQ, NASF, Saúde Bucal, Estratégia da Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e outros.			
10 301 1001 2033	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica</b>		<b>2.125.552,00</b>	<b>6,70</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica, compreendendo a manutenção do PMAQ, NASF, Saúde Bucal, Estratégia da Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e outros.			
10 302 1001 2034	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar</b>		<b>44.200,00</b>	<b>0,14</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter com Recursos Próprios do Município as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, compreendendo a manutenção do SAMU, UPA e Outros.			
10 302 1001 2035	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar</b>		<b>590.200,00</b>	<b>1,86</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, compreendendo a manutenção do SAMU, UPA e Outros.			
10 303 1001 2036	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Assistência Farmacêutica</b>		<b>73.840,00</b>	<b>0,23</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Assistência Farmacêutica			
10 305 1001 2037	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde - Recursos Próprios</b>		<b>7.280,00</b>	<b>0,02</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter com Recursos Próprios do Município as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância sanitária e Vigilância em Saúde.			
10 305 1001 2038	<b>Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde</b>		<b>93.080,00</b>	<b>0,29</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância sanitária e Vigilância em Saúde.			
<b>02.080</b>	<b>Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social</b>		<b>576.056,00</b>	<b>1,81</b>
08 244 2001 2043	<b>Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social</b>		<b>431.704,00</b>	<b>1,36</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades administrativas da Secretaria visando desenvolver ações estratégicas organizativas que serão implementadas a partir do incentivo e promoção da qualidade de vida dos beneficiários, promover capacitação dos profissionais, bem como dar apoio a outras redes de solidariedade que vise a inclusão social no município.			
08 243 1004 2044	<b>Manutenção do Conselho Tutelar</b>		<b>69.472,00</b>	<b>0,22</b>
	<b>Objetivo:</b> Fiscalizar os direitos das crianças e adolescentes previsto em Lei e dar os encaminhamentos necessários para a solução dos problemas referentes a infância e adolescência			
08 244 1004 2045	<b>Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social</b>		<b>4.160,00</b>	<b>0,01</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as ações de controle social através da realização de Conferências, capacitações e as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social.			

*fantas*

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária	%
<b>02.080</b>	<b>Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social</b>	<b>576.056,00</b>	<b>1,81</b>
08 244 1004 2046	<b>Manutenção de Benefícios Eventuais</b>	<b>67.600,00</b>	<b>0,21</b>
<b>Objetivo:</b> Assistir cidadãos e as famílias por meio dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, assegurados pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.			
08 243 1004 2047	<b>Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA</b>	<b>3.120,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Objetivo:</b> Manter as atividades do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente.			
<b>02.090</b>	<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>	<b>1.483.248,00</b>	<b>4,67</b>
08 244 1004 1010	<b>Estruturação da Rede de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica - CRAS, CREAS</b>	<b>858.000,00</b>	<b>2,70</b>
<b>Objetivo:</b> Estruturar a rede de serviços da proteção social básica e especial, por meio da construção de equipamentos públicos; ampliação, reforma e melhorias da infra-estrutura de unidades públicas estaduais, seguindo as normativas do SUAS e legislação complementar, podendo ainda adquirir equipamentos, modernização tecnológica, dentre outros, tendo em vista a necessidade de aprimorar o atendimento nas unidades de proteção social básica e especial reordenando-as de modo a se adequarem aos parâmetros exigidos pelas normativas legais específicas.			
08 244 1004 2048	<b>Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS - Cofinanciamento Municipal dos Serviços, Progr</b>	<b>39.520,00</b>	<b>0,12</b>
<b>Objetivo:</b> Manter as atividades socioassistenciais dos serviços, programas e projetos do SUAS.			
08 244 1004 2049	<b>Bloco da Proteção Social Básica</b>	<b>262.080,00</b>	<b>0,83</b>
<b>Objetivo:</b> Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, voltados à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos ? relacionais e de pertencimento social, bem como a manutenção dos serviços ofertados ou referenciados pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, considerando a rede existente, entre eles o PAIF, o SCFV para todos os ciclos da vida e o serviço no domicílio para as pessoas com deficiência e idosas.			
08 244 1004 2050	<b>Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pesse</b>	<b>2.600,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Objetivo:</b> Acompanhar e Monitorar o Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC/LOAS, com prioridade para aquelas na faixa etária de zero a dezoito anos designando equipes técnicas para aplicação de um questionário afim de identificar as barreiras de acesso e permanência na escola.			
08 244 1004 2051	<b>Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - IGD PBF</b>	<b>52.728,00</b>	<b>0,17</b>
<b>Objetivo:</b> Incentivar as ações de aprimoramento da qualidade da gestão do programa Bolsa Família e Cadastro Único em âmbito local, contribuindo para que o município execute as ações que estão sob sua responsabilidade, além do desenvolvimento de projetos de Inclusão Produtiva.			
08 244 1004 2052	<b>Manutenção de Outros Programas, Projetos, Benefícios e Serviços Socioassistenciais do FNAS</b>	<b>45.760,00</b>	<b>0,14</b>
<b>Objetivo:</b> Atender outros programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais proporcionando recursos e meios para financiamento das ações da política Pública de Assistência Social.			
08 244 1004 2053	<b>Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade</b>	<b>81.120,00</b>	<b>0,26</b>
<b>Objetivo:</b> Ofertar proteção social integral de média e ou de alta complexidade a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com direitos violados, que tenham ou não vínculos familiares e comunitários rompidas ou extremamente fragilizados por meio de serviços de acompanhamento especializado ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, considerando a rede existente em 2018, entre eles o PAEFI, MSE (Medida Sócio Educativo), Abordagem Social, entre outros; bem como por meio de serviços que garantam o acolhimento institucional com privacidade, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitário e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas.			





# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária	%
<b>02.090</b>	<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>	<b>1.483.248,00</b>	<b>4,67</b>
08 244 1004 2054	<b>Fortalecimento do Controle Social - Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social/C</b>	<b>3.640,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Objetivo:</b> Fortalecer o Controle Social e a participação da sociedade proporcionando ao CMAS condições de gestão com vistas ao exercício do controle social da Política Municipal de Assistência Social e no desempenho das funções de normatizar, disciplinar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial, bem como a realização da Conferência Municipal de Assistência Social e Capacitação para Conselheiros de Assistência Social.			
08 244 1004 2055	<b>Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS - Cofinanciamento Estadual dos Serviços Socioassis</b>	<b>39.520,00</b>	<b>0,12</b>
<b>Objetivo:</b> Manter as atividades dos serviços socioassistenciais do SUAS ofertados ou referenciados ao CRAS, CREAS e dos Benefícios Eventuais que visa assistir cidadãos e as famílias por meio dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, assegurados pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.			
08 244 1004 2056	<b>Bloco de Financiamento da Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS</b>	<b>21.320,00</b>	<b>0,07</b>
<b>Objetivo:</b> Avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial no âmbito municipal, possibilitando a vigilância social, a organização do SUAS, a capacitação permanente de Trabalhadores, o monitoramento e a avaliação, entre outros com vistas a produção de dados para que a Política Pública de Assistência Social seja efetivada e a qualidade de gestão.			
08 244 1004 2057	<b>Programa Primeira Infância no SUAS - Programa Criança Feliz</b>	<b>67.600,00</b>	<b>0,21</b>
<b>Objetivo:</b> Promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida; bem como promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem.			
08 244 1004 2067	<b>Manutenção da Vigilância Socioassistencial</b>	<b>9.360,00</b>	<b>0,03</b>
<b>Objetivo:</b> A Vigilância Socioassistencial deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas: sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões afetas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso.			
<b>02.100</b>	<b>Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Habitação</b>	<b>3.255.445,00</b>	<b>10,26</b>
15 451 1005 1011	<b>Aquisição e Desapropriação de Imóveis</b>	<b>104.000,00</b>	<b>0,33</b>
<b>Objetivo:</b> Adquirir e desapropriar imóveis para a abertura de avenidas e construção de prédios			
17 512 1005 1012	<b>Construção e Ampliação de Esgotamentos Sanitários</b>	<b>21.684,00</b>	<b>0,07</b>
<b>Objetivo:</b> Construir e ampliar esgotamentos sanitários e coleta dos esgotos individual ou coletiva; afastamento rápido e seguro dos esgotos, sejam através de fossas ou sistemas de redes coletoras; tratamento e disposição sanitariamente adequada dos esgotos tratados em várias comunidades.			
15 451 1005 1013	<b>Implantação, Ampliação e/ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana</b>	<b>1.130.153,00</b>	<b>3,56</b>
<b>Objetivo:</b> Construção de pavimentação (asfáltica ou em paralelepípedo) da comunidade do Costa e do Acesso ao Almirante entre outras, bem como drenagem em pontos críticos do município, construção de casas populares, jardins com áreas de lazer e praças de esporte, conforme demanda do orçamento participativo.			
15 451 1005 1014	<b>Construção de Passagens Molhadas</b>	<b>119.600,00</b>	<b>0,38</b>
<b>Objetivo:</b> Construir passagens molhadas nas comunidades, conforme demanda do orçamento participativo.			

*Handwritten signature*

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária	%
<b>02.100</b>	<b>Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Habitação</b>	<b>3.255.445,00</b>	<b>10,26</b>
15 451 1005 1015	<b>Construção, Reforma e/ou Ampliação de Praças Públicas</b>	<b>514.280,00</b>	<b>1,62</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir, reformar e/ou ampliar as praças públicas		
15 452 2001 2058	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Habitação</b>	<b>1.262.768,00</b>	<b>3,98</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da secretaria de obras, serviços urbanos e habitação.		
26 782 1005 2059	<b>Recuperação de Estradas Vicinais</b>	<b>102.960,00</b>	<b>0,32</b>
	<b>Objetivo:</b> Recuperar estradas vicinais que dar acesso a comunidade Porteiras e outras localidades do município, demanda do orçamento participativo.		
<b>02.110</b>	<b>Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>	<b>1.630.200,00</b>	<b>5,14</b>
20 512 1003 1016	<b>Construção e Ampliação do Sistema de Abastecimento D'água</b>	<b>644.800,00</b>	<b>2,03</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir e ampliar o sistema de abastecimento d'água nas comunidades da zona rural com a construção de barragens, açudes, perfuração de poços, construção de cisternas, visando melhorar a qualidade de vida da população.		
20 606 1003 1017	<b>Aquisição de Equipamentos e Implementos Agrícolas</b>	<b>228.800,00</b>	<b>0,72</b>
	<b>Objetivo:</b> Adquirir veículos, máquinas e implementos agrícolas para a melhoria da produção, demanda do orçamento participativo.		
18 542 1003 1018	<b>Construção de Aterro Sanitário</b>	<b>31.200,00</b>	<b>0,10</b>
	<b>Objetivo:</b> Construção de aterro sanitário para melhor tratamento do lixo urbano		
18 541 2001 2060	<b>Manutenção da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>	<b>706.160,00</b>	<b>2,22</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.		
20 606 1003 2061	<b>Manutenção das Atividades de Apoio ao Pequeno Produtor Rural</b>	<b>19.240,00</b>	<b>0,06</b>
	<b>Objetivo:</b> Apoiar o pequeno produtor rural.		
<b>02.120</b>	<b>Secretaria de Turismo e Juventude</b>	<b>172.432,00</b>	<b>0,54</b>
23 695 2001 2062	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Turismo e Juventude</b>	<b>172.432,00</b>	<b>0,54</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria de Turismo e Juventude.		
<b>02.130</b>	<b>Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano</b>	<b>137.800,00</b>	<b>0,43</b>
26 782 2001 2063	<b>Manutenção da Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano</b>	<b>137.800,00</b>	<b>0,43</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades da Secretaria de Transporte e Desenvolvimento Urbano		
<b>02.140</b>	<b>Secretaria de Esporte e Cultura</b>	<b>860.636,00</b>	<b>2,71</b>
15 451 1005 1019	<b>Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Esportiva</b>	<b>210.080,00</b>	<b>0,66</b>
	<b>Objetivo:</b> Construir e/ou reformar quadras de esportes, clube recreativo, campos de futebol, ginásio de esportes, quadra poliesportiva, pista de atletismo, praça esportiva na sede do município, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem estar físico, promoção da saúde e do desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes.		
23 695 1005 2064	<b>Promoção de Festas Regionais</b>	<b>25.480,00</b>	<b>0,08</b>
	<b>Objetivo:</b> Promover e apoiar eventos culturais e sociais, bem como, contribuir para o resgate da cultura e eventos tradicionais do município.		
13 392 2001 2065	<b>Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Cultura</b>	<b>509.636,00</b>	<b>1,61</b>
	<b>Objetivo:</b> Manter as atividades administrativas da Secretaria de Esporte e Cultura.		



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2020

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária	%
02.140	Secretaria de Esporte e Cultura	860.636,00	2,71
27 812 1005 2066	Implantação e Desenvolvimento do Programa Segundo Tempo	115.440,00	0,36
<b>Objetivo:</b> Democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.			
09.999	Reserva de Contingência	228.800,00	0,72
99 999 2001 9001	Reserva de Contingência	228.800,00	0,72
<b>Objetivo:</b> Financiar passivos contingentes, pagar despesas relativas a eventos extraordinários e cobrir frustração de arrecadação de receita			
FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:30:04		<b>Total Geral</b>	<b>31.733.854,00</b>

  
CLAIR LEIFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

  
ROSINALVA VICENTE  
PATRICIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

  
JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita



PREFEITURA MUNICIPAL DE

**NATUBA**

DESENVOLVIMENTO com PARTICIPAÇÃO

# **ANEXOS METAS FISCAIS**

[prefeitura@natuba.pb.gov.br](mailto:prefeitura@natuba.pb.gov.br)

Rua Epitácio Pessoa, nº 209, Centro, Natuba/PB

CNPJ: 09.072.448/0001-95 Fone/Fax: (83) 3397-1042



I – LRF, art. 4º, § 1º: “Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.

II – LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I “avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior”.

III - LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II – “demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional”.

IV - LRF, Art. 4o, § 2o, inciso III – “evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos”.

V - LRF, Art. 4o, § 2º, inciso IV – “avaliação da situação financeira e atuarial”:

VI – Art. 4o, § 2º, inciso V – “demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado”.

**OBS: Para 2020 não há concessão de benefício fiscal que implique em renúncia de receita.**

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo I - Metas Anuais

Exercício: 2020

R\$ 1,00

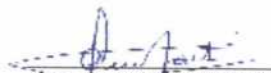
AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º § 1)

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	31.733.854	30.513.321	431.535,880	32.923.881	30.513.328	447.718,577	34.158.521	30.512.301	464.507,948
Receitas Primárias (I)	31.728.654	30.508.321	431.465,167	32.918.486	30.508.328	447.645,213	34.152.924	30.507.301	464.431,837
Despesa Total	31.733.854	30.513.321	431.535,880	32.923.881	30.513.328	447.718,577	34.158.521	30.512.301	464.507,948
Despesas Primárias (II)	30.836.334	29.650.321	419.330,868	31.992.704	29.650.328	435.055,877	33.192.425	29.649.330	451.370,399
Resultado Primário (III) = (I - II)	892.320	858.000	12.134,300	925.782	858.000	12.589,336	960.499	857.971	13.061,438
Resultado Nominal	-399.039	-383.691	-5.426,364	-389.063	-360.577	-5.290,705	-403.652	-360.565	-5.489,106
Dívida Pública Consolidada	9.858.315	9.479.149	134.059,248	10.228.002	9.479.149	139.086,469	10.611.552	9.478.831	144.302,212
Dívida Consolidada Líquida	-516.687	-496.815	-7.026,221	-536.063	-496.815	-7.289,704	-556.165	-496.798	-7.563,068

Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
PIB Real (Crescimento % anual)	2,80	2,50	2,50
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	8,00	8,00	8,00
Câmbio (R\$ / US\$ - Final do Ano)	3,75	3,80	3,85
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,00	3,75	3,75
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	7.353,70	7.353,70	7.353,70

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:26:08

  
**CLAIR LEFFAG MARTINS**  
 Contadora  
 CRC-PB 4.395/O-7

  
**ROSINALVA VICENTE PATRICIO DA SILVA**  
 Secretária de Finanças

  
**JANETE SANTOS SOUSA DA SILVA**  
 Prefeita

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Exercício: 2020

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total	29.280.387	398.172,172	27.052.014	367.869,428	-2.228.373	(7,61)
Receitas Primárias (I)	29.018.137	394.605,940	26.986.259	366.975,249	-2.031.878	(7,00)
Despesa Total	29.280.387	398.172,172	27.767.649	377.601,058	-1.512.738	(5,17)
Despesas Primárias (II)	28.379.144	385.916,532	26.809.907	364.577,114	-1.569.237	(5,33)
Resultado Primário (III) = (I - II)	638.993	8.689,408	176.352	2.398,135	-462.641	(72,40)
Resultado Nominal	-2.500.560	-34.004,106	-2.500.560	-34.004,106	0	0,00
Dívida Pública Consolidada	9.092.709	123.648,079	9.092.709	123.648,079	0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-476.561	-6.480,558	-476.561	-6.480,558	0	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2018	7.353,70
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2018	7.353,70

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:26:20

  
 CLAIR LEFFÃO MARTINS  
 Contadora  
 CRC-PB 4.395/O-7

  
 ROSINALVA VICENTE  
 PATRÍCIO DA SILVA  
 Secretária de Finanças

  
 JANETE SANTOS SOUSA DA  
 SILVA  
 Prefeita

**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2020

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	27.520.020	29.280.387	6,40	30.513.321	4,21	31.733.854	4,00	32.923.881	3,75	34.158.521	3,75	
Receitas Primárias (I)	27.498.020	29.018.137	5,53	30.508.321	5,14	31.728.654	4,00	32.918.486	3,75	34.152.924	3,75	
Despesa Total	27.520.020	29.280.387	6,40	30.513.321	4,21	31.733.854	4,00	32.923.881	3,75	34.158.521	3,75	
Despesas Primárias (II)	27.062.720	28.379.144	4,86	29.650.321	4,48	30.836.334	4,00	31.992.704	3,75	33.192.425	3,75	
Resultado Primário (III) = (I - II)	435.300	638.993	46,79	858.000	34,27	892.320	4,00	925.782	3,75	960.499	3,75	
Resultado Nominal	-7.068.710	-2.500.560	(64,62)	-406.694	(83,74)	-399.039	(1,88)	-389.063	(2,50)	-403.652	3,75	
Dívida Pública Consolidada	7.972.770	9.092.709	14,05	9.479.149	4,25	9.858.315	4,00	10.228.002	3,75	10.611.552	3,75	
Dívida Consolidada Líquida	904.060	-476.561	152,71)	-496.815	4,25	-516.687	4,00	-536.063	3,75	-556.165	3,75	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	26.731.442	27.217.315	1,82	30.513.321	12,11	30.513.321	0,00	30.513.328	0,00	30.512.301	0,00	
Receitas Primárias (I)	26.710.073	26.973.542	0,99	30.508.321	13,10	30.508.321	0,00	30.508.328	0,00	30.507.301	0,00	
Despesa Total	26.731.442	27.217.315	1,82	30.513.321	12,11	30.513.321	0,00	30.513.328	0,00	30.512.301	0,00	
Despesas Primárias (II)	26.287.246	26.379.572	0,35	29.650.321	12,40	29.650.321	0,00	29.650.328	0,00	29.649.330	0,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	422.827	593.970	40,48	858.000	44,45	858.000	0,00	858.000	0,00	857.971	0,00	
Resultado Nominal	-6.866.158	-2.324.373	(66,15)	-406.694	(82,50)	-383.691	(5,66)	-360.577	(6,02)	-360.565	0,00	
Dívida Pública Consolidada	7.744.313	8.452.044	9,14	9.479.149	12,15	9.479.149	0,00	9.479.149	0,00	9.478.831	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	878.155	-442.983	150,44)	-496.815	12,15	-496.815	0,00	-496.815	0,00	-496.798	0,00	

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
2017	2018	2019	2020	2021	2022	
2,95	4,50	4,25	4,00	3,75	3,75	

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:26:32

CLAIR LEFFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

ROSINALVA VICENTE  
PATRÍCIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita





# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Exercício: 2020

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio / Capital		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Resultado Acumulado	-4.335.602	100,00	-4.575.791	100,00	-1.735.512	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>-4.335.602</b>	<b>100</b>	<b>-4.575.791</b>	<b>100</b>	<b>-1.735.512</b>	<b>100</b>

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Lucro ou Prejuízos Acumulado		0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:26:46

  
CLAIR LEFFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

  
ROSINALVA VICENTE  
PATRICIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

  
JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita



**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Exercício: 2020

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (d)	2016
Receitas de Capital	0	0	0
Alienação de Bens	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0	0	0
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:27:38

  
CLAIR LEIFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

  
ROSINALVA VICENTE  
PATRÍCIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

  
JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita



**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

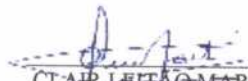
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Exercício: 2020

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
			<b>NADA A REGISTRAR</b>	

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:30:18

  
CLAIR LEIFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

  
ROSINALVA VICENTE  
PATRICIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

  
JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS

Exercício: 2020

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL-RPPS			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO-RPPS			
OUTROS APORTES AO RPPS			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)			

Reserva do RPPS			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>			
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)</b>			
<b>SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS</b>			

FONTE:

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:28:23

  
CLAIR LEFFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

  
ROSINALVA VICENTE  
PATRICIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

  
JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita



**Prefeitura Municipal de Natuba**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

Exercício: 2020


R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	

**NADA A REGISTRAR**

TOTAL				
-------	--	--	--	--

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:28:35

  
CLAIR LEIFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

  
ROSINALVA VICENTE  
PATRÍCIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

  
JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita



Prefeitura Municipal de Natuba  
Secretaria de Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020  
Anexo de Metas Fiscais

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

---

A estimativa de **margem de expansão** das **despesas** obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa permanente sem fontes consistentes de financiamento.

O aumento permanente de receita é entendido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (parágrafo § 3º, do art. 17, da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

A estimativa da **margem de expansão** para o exercício de 2020 foi feita com base somente na receita administrada pela Secretaria Municipal de Finanças, tendo em vista o elevado grau de vinculações das demais receitas orçamentárias, o que inviabiliza a sua utilização para o aumento das **despesas** obrigatórias de caráter continuado.

Como estimativa do aumento de receita, foram acrescentados os impactos das variações de receitas decorrentes de alteração na legislação tributária:

- Previsão de aumento do FPM;
- Modernização da máquina arrecadadora através da atualização do cadastro imobiliário e fiscal do município, bem como da revisão dos créditos para cobrança de taxas municipais para adequação ao custo real de serviços que constituem os respectivos fatos geradores.

Contabilizou-se também o aumento das **despesas** permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2020. Tal aumento será provocado pelos seguintes fatores: implementação das reestruturações de carreiras já autorizadas ou em fase de autorização, no âmbito do Poder Municipal; provimentos de cargos vagos ou criados já autorizados ou em fase de autorização; crescimento vegetativo da folha de pagamentos de servidores ativos e inativos decorrentes do aumento do salário mínimo e revisão geral.



## Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício: 2020


AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III + IV)	0

**NADA A REGISTRAR**

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:28:47

  
CLAIR LEFFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

  
ROSINALVA VICENTE  
PATRÍCIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

  
JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita

# **ANEXOS RISCOS FISCAIS**





A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da federação assumissem o compromisso com a implementação de um orçamento equilibrado. Este compromisso inicia-se com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando são definidas as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e identificados os principais riscos sobre as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

O segundo tipo de risco refere-se aos passivos contingentes, especialmente aqueles decorrentes de ações judiciais.

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- Possível ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive de natureza tributária e trabalhista;
- Passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- Depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

#### **PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS**

No caso dos riscos orçamentários, se ocorrerem durante a execução do orçamento de 2020, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, prevê a reavaliação bimestral das receitas de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com as metas fiscais fixadas na LDO. A reavaliação bimestral - juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuada a cada quadrimestre - permite que eventuais desvios, tanto de receita quanto de despesa, sejam corrigidos ao longo do ano, sendo os riscos orçamentários que se materializarem compensados com realocação ou redução de despesas.

Ou ainda em caso o desequilíbrio fiscal se concretize, o Executivo poderá lançar mão da reserva de contingência, na forma da alínea b, inciso III, art. 50 da Lei Complementar 101/2000 ou ainda, caso não seja suficiente e se prolongue por mais tempo, o Executivo deverá reformular o Anexo de Metas Fiscais, limitando a emissão de empenho na forma estabelecida na presente lei.



# Prefeitura Municipal de Natuba

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo de Riscos e Metas Fiscais

Exercício: 2020

AMF - (LRF, art. 4º, §3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS FISCAIS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	60.000	Contingenciamento e limitação de empenho	60.000
Assistências Diversas	50.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	50.000
Frustração de Receita	50.000	Limitação de empenho	50.000
<b>TOTAL</b>	<b>160.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>160.000</b>

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 12 de abril de 2019 as 10:35:06

  
CLAIR LEIFÃO MARTINS  
Contadora  
CRC-PB 4.395/O-7

  
ROSINALVA VICENTE  
PATRICIO DA SILVA  
Secretária de Finanças

  
JANETE SANTOS SOUSA DA  
SILVA  
Prefeita



**COMENTÁRIO:** A previsão de valores futuros normalmente representa um grande desafio. Os fatores que influenciam a arrecadação são vários, e também se alteram ao longo do tempo. Muitos deles sequer possuem maneiras de serem diretamente mensurados, especialmente no caso do Município de Natuba, bastante carente em estatísticas.

Desta forma, qualquer exercício de previsão de valores futuros de séries temporais deve ser em primeiro lugar, considerado como decorrente de métodos relativamente limitados. Os valores previstos não devem ser interpretados como previsões completamente precisas acerca do futuro, mas sim um número em torno do qual se pode estabelecer uma probabilidade relativamente alta de ocorrência.

**RECEITA FISCAL:** Foi apurada para **2020** conforme metodologia descrita abaixo.

*a) impostos:*

O cálculo dos impostos foi implementado aplicando a média de crescimento das receitas realizadas entre **2016 a 2018**, baseado no artigo 30 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964.

*b) Transferências correntes (FUNDEB):*

O valor da cota-parte do fundo de participação/FUNDEB/estado é o valor previsto pelo Tesouro Nacional.

*c) Demais contas*

Foram todas atualizadas pelo IPCA para **2020** de **4,00%**.

**RESULTADO PRIMÁRIO:** Diferença entre o total de receita e o total de despesa, excluídas, para ambos os totais, as parcelas relacionadas à dívida, empréstimos, remuneração de ativo disponível, participações e privatizações.

**RESULTADO NOMINAL:** Resultado primário – Juros e encargos da dívida.

**PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL:** Para **2021 e 2022** foram incorporados os valores do IPCA projetados para os respectivos anos, para as metas em valores correntes e para as metas em valores constantes.

Projeção para o período de **2019 a 2022** (IPCA) conforme Metas de Inflação oficiais do Governo Federal.

**2019 – 4,25%**  
**2020 – 4,00%**  
**2021 – 3,75%**  
**2022 – 3,75%**